

A derrota política e a política do subdesenvolvimento: relendo a fase estagnacionista de Celso Furtado

Resumo: O artigo propõe uma releitura do modelo estagnacionista de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966) como momento crucial para a absorção da derrota política imposta pelo golpe de 1964 na reflexão teórica de Celso Furtado. Em 1966, Furtado desvela a dimensão de *conflito político* do desenvolvimento econômico. O reconhecimento do conflito político inerente ao desenvolvimento econômico foi essencial para a abertura do novo *horizonte de expectativa* que fundamenta a revolução no pensamento de Furtado nos anos 1970, que é analisada a partir de dois *working papers* produzidos em Cambridge em 1973-1974 e ignorados pela historiografia do pensamento econômico brasileiro.

Palavras-chave: Celso Furtado, horizontes de expectativa, estagnação, pessimismo, golpe de 1964

1. Introdução

O modelo estagnacionista proposto por Celso Furtado em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966) ocupa um lugar ingrato na historiografia do pensamento econômico brasileiro. No contexto mais amplo da história do pensamento estruturalista latino-americano, esse período da obra de Furtado é visto como um interregno espremido entre a fase ascendente, associada ao auge dos processos de industrialização por substituição de importações e a teorização sobre eles (da qual *Formação Econômica do Brasil* é o principal representante brasileiro), e a revisão da década de 1970 que reconheceu a existência de múltiplos “modelos de desenvolvimento” (Bielschowvsky 2000), representada no Brasil por Tavares e Serra (2000[1971]).

Uma percepção similar prevalece na interpretação da evolução da obra de Furtado tomada isoladamente: *Subdesenvolvimento e Estagnação* é entendido como uma antessala da revolução da década de 1970 no pensamento de Furtado: esta década representaria o segundo grande momento intelectual de Furtado, quando aparecem as questões mais amplas como a teoria da dependência (Silva 2020), a reflexão sobre o próprio conceito de desenvolvimento enquanto objetivo social (Lins 2018) e a ampliação do escopo do estudo do subdesenvolvimento para além do domínio estritamente econômico (Cunha e Britto 2018).

Este artigo propõe uma releitura de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* como um momento de revisão teórica 1) que estabelece um campo fundamental para a

virada teórica da década de 1970 e 2) que foi causada pela derrota política do projeto de desenvolvimento econômico do qual Furtado era parte, tanto como intelectual quanto como servidor público. O artigo argumenta que a derrota política representada pelo golpe empresarial-militar de 1964 e pelo exílio evidenciou para Furtado a dimensão *política*—e, principalmente, de *conflito* político—do desenvolvimento econômico. É a partir do reconhecimento da derrota que surgem as inovações teóricas de *Subdesenvolvimento e Estagnação*, que Boianovsky (2014:207) denomina “provavelmente sua contribuição mais conhecida na área de ciência política.”¹

A dimensão política da reflexão de Furtado em *Subdesenvolvimento e Estagnação* e no período imediatamente posterior já foi considerada por Bianconi (2016). Partimos aqui da observação de Bianconi (2016:166) de que o foco do debate no modelo econômico contido no capítulo 3 de *Subdesenvolvimento e Estagnação* ignora as reflexões políticas e geopolíticas que a obra introduz nos demais capítulos e que estabelecem a ponte entre a derrota política, registrada nos diários e materiais autobiográficos de Furtado, e as mudanças teóricas. Mais importante, neste artigo, avançamos a partir da análise de Bianconi (2016) para o período 1973-1974, quando Furtado (2021a[1973]; 2021b[1974]) publica dois *working papers* escritos durante segunda estadia na Universidade de Cambridge no Reino Unido e recentemente recuperados e republicados por Loureiro *et al* (2021). A análise dos dois *working papers* nos permite estabelecer uma conexão mais firme entre o pessimismo dos anos 1960 e a revolução teórica de Furtado na década de 1970.

A relação entre derrota política e revisão teórica na periferia do capitalismo na década de 1960 foi observada por Hirschmann (1981:20), que é lembrado por Loureiro *et al* (2021:31). Sem procurar estabelecer relações diretas, cabe aqui também um paralelo com a análise clássica de Perry Anderson (1987[1976]) sobre a revolução teórica no marxismo ocidental associada à derrota do socialismo revolucionário na Europa Ocidental no século XX. Tanto neste caso quanto na experiência de Furtado, a derrota política abre um horizonte de análise novo ao forçar a revisão de hipóteses tidas como certas. No caso de Furtado, a derrota política o alertou para as pré-condições *políticas* do desenvolvimento: a necessidade de articular não apenas um projeto econômico para o país, mas de identificar, de um lado, os agentes políticos capazes de tomar para si esse projeto e, de outro, os agentes que necessariamente se oporiam a ele. A questão do desenvolvimento econômico não é mais tratada apenas como uma questão de mudança estrutural: torna-se também uma questão acerca dos antagonismos políticos da sociedade subdesenvolvida.

¹ Boianovsky se refere aqui especificamente a Furtado (1965) onde são apresentadas as inovações teóricas sobre a dimensão política do desenvolvimento que foram incorporadas à obra de 1966.

2. A virada pessimista do pós-golpe

Furtado apresenta discussões sobre a formação política do Brasil desde o momento inicial de sua carreira intelectual. Ainda antes de *Formação Econômica do Brasil*, a oposição entre as formações políticas de Brasil e Estados Unidos já estava no radar de Furtado. Boianovsky (2014:199-202) observa que, ainda na década de 1940, Furtado discute as diferentes estruturas administrativas das duas colônias e nota as vantagens das estruturas republicanas das colônias americanas, contrastando-as com as estruturas arcaicas e semifeudais instaladas pela coroa portuguesa na América do Sul.

Contudo, as formulações desse primeiro momento da obra de Furtado não apresentam pessimismo quanto à possibilidade de a formação histórica das estruturas políticas brasileiras se tornarem um obstáculo *deliberado* ao desenvolvimento. Há, claro, uma consciência plena de que o desenvolvimento econômico latino-americano não ocorreria sem a intervenção estatal para a promoção da industrialização e de que as estruturas arcaicas herdadas da colonização portuguesa não favoreciam o país, mas o foco da análise do campo político não era o conflito. Em *A Pré-Revolução Brasileira*, Furtado (1962, cap. 4) trata com certo otimismo a etapa do desenvolvimento que se inaugurou no governo JK: o desenvolvimento do período 1930-54 havia sido “simples decorrência da atuação de forças profundas da economia, sem que o acesso aos novos caminhos haja sido facilitado por uma autêntica política de desenvolvimento.” Como observa Bianconi (2016:162), Furtado (1962) ainda trabalha com a hipótese de que o processo de internalização do centro dinâmico da economia brasileira engendraria uma consequente aumento da autonomia local sobre a vida econômica. O que mais preocupava Furtado nesse período era a incapacidade do Estado brasileiro de se colocar tecnicamente e moralmente à altura do desafio do desenvolvimento (Furtado 1962, cap. 5).² Essa limitação estava conectada principalmente à educação dogmática dos economistas brasileiros, que importavam acriticamente teorias sobre o papel do Estado desenhadas para o cenário europeu, onde não havia o desequilíbrio de fatores de produção que caracterizava as economias subdesenvolvidas. Em suma, o Brasil havia sido levado pela combinação das estruturas econômicas com conjuntura do início da década de 1930 a um processo de industrialização por substituição de importações que ocorreu sem muito planejamento. Em 1962, Furtado enxergava o desafio brasileiro como uma questão de conhecimento técnico e moral (no sentido de que esse corpo

² Para usarmos a distinção weberiana cara a Furtado (Lins 2018), trata-se aqui tanto de questões de racionalidade instrumental, isto é, da falta de conhecimentos técnicos para implementar os objetivos desejados, quanto de questões de racionalidade *substantiva*, isto é, a falta dos valores que orientam um projeto de desenvolvimento.

técnico deveria ser formado com o desejo de aceitar o desenvolvimento como desafio histórico).

O golpe empresarial-militar de 1º de abril de 1964 marca uma mudança na percepção de Furtado sobre os desafios políticos do desenvolvimento brasileiro. Furtado havia se definido até então como homem de ação e servidor público— “a realidade é que eu nunca fui apenas ou principalmente um intelectual” (Furtado 2019:224). O exílio marcava a derrota de Furtado e de toda sua geração. O desafio do desenvolvimento, que se apresentava como tarefa de Estado, culmina em uma derrota política: em outubro de 1964, Furtado (2019:224) escreve em seus diários que “hoje considero a minha vida totalmente perdida”. Nos seus trabalhos autobiográficos, Furtado (2014:404) complementa dizendo que o golpe significava a “falência de nossa geração”. Alguns meses mais tarde, ele reconhece que “trata-se de renunciar a toda ideia de *fazer* “política”, e definir-se estritamente como intelectual” (Furtado 2019:228, ênfase minha).

O pessimismo de Furtado sobre sua própria geração continuaria durante todo o período tratado neste artigo. Em 1975, Furtado volta a escrever sobre o sentimento de derrota histórica: “toda uma geração viveu, lutou, iludiu-se, alimentando-se da ideia de que o Brasil podia ser algo diferente disso que vi” (Furtado 2019:242). Com o milagre econômico da ditadura já no retrovisor, Furtado admite que “já não há nada a fazer, nada ao meu alcance” e que seria melhor “não se sentir tão responsável pelo que se passa aqui e acolá” e “desviar o pensamento para a problemática do Terceiro Mundo como um todo” (Furtado 2019:243-244).

Portanto, as reflexões desse período tomam a forma de uma admissão de derrota e distanciamento da vida pública que o havia definido até o momento do golpe. Na medida em que se move para a condição de um “intelectual”, forçado pelo exílio a se dedicar exclusivamente às reflexões teóricas, Furtado passa a analisar os determinantes políticos da derrota de sua geração. O período aqui analisado, portanto, é marcado pela contradição entre o afastamento da política na vida pessoal e sua entrada na reflexão teórica.

3. As dimensões políticas e geopolíticas de Subdesenvolvimento e Estagnação

O modelo estagnacionista e a origem do conflito político

No campo teórico, o pessimismo e a admissão da derrota se materializaram em um novo modelo estagnacionista das economias latino-americanas e, mais importante para este artigo, no conseqüente reconhecimento da necessidade de luta política para alterar os rumos do projeto de desenvolvimento. Como veremos, a construção de uma frente política que tivesse o

desenvolvimento econômico como sua principal pauta e que *antagonizasse* as forças conservadoras (e estrangeiras) se torna, em *Subdesenvolvimento e Estagnação*, uma condição *sine qua non* do desenvolvimento brasileiro. A questão da racionalidade substantiva que se apresentara até o período pré-golpe como referente ao Estado brasileiro como um todo e sua burocracia seria então transplantada para a esfera do conflito político e geopolítico.

No domínio econômico, *Subdesenvolvimento e Estagnação* apresenta resultados das reflexões de Furtado no início de seu exílio, primeiro no Chile, onde participou dos seminários do ILPES, e depois na Universidade de Yale, nos Estados Unidos (ver Bianconi 2014:315-364). Diante do esgotamento do crescimento econômico e da escalada da inflação no início da década de 1960, Furtado revisa seu entendimento sobre o processo de industrialização por substituição de importações (ISI). Com o modelo estagnacionista de 1966, Furtado apresenta três aspectos relevantes que produziram a necessidade de uma reflexão política: 1) mudança na interpretação sobre a ISI; 2) elaboração mais refinada sobre a exogeneidade do padrão tecnológico incorporado na ISI; e 3) nova reflexão sobre a dinâmica do emprego e da concentração de renda na ISI.

A Grande Depressão do início dos anos 1930 causou um choque na demanda por produtos primários exportados pelas economias latino-americanas e na oferta de produtos manufaturados importados. Nesse primeiro período de ISI, as indústrias existentes nas economias latino-americanas preenchem o vazio deixado pela incapacidade de importar/ausência de oferta de produtos importados. Mais do que isso, preenchem esse vazio em condições de preços favoráveis causados pela desvalorização cambial (e, portanto, pelos altos preços de produtos importados) e em condição de oligopolistas ou monopolistas (Furtado 1966:8, 74). Inicialmente, a expansão de produção se faz com capacidade instalada dos surtos de industrialização anteriores, principalmente do final dos anos 1920, proporcionados pela expansão das exportações do setor agroexportador moderno. Com baixo investimento e preços favoráveis, a ISI produz ainda mais desigualdade de renda. Por sua vez, a expansão na renda dos setores industriais fomenta mais consumo, inclusive de bens importados ainda *em processo* de substituição, pressionando tanto a capacidade de importar quanto a inflação.

Na medida em que o país completa a fase inicial de substituição dos bens de consumo não duráveis, entra em jogo um processo de reversão das “facilidades” da fase inicial. A transição para a substituição de bens duráveis e de capital coloca ainda mais pressão na capacidade de importação, tendo em vista que esses setores operam com uma intensidade de capital muito maior do que o setor de bens de consumo não-duráveis. A queda da relação produto-capital também implica queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, da taxa de

poupança, dificultando o financiamento do processo de industrialização (Furtado 1966:78-79).³ O efeito desses dois fatores são multiplicados pela demanda de mercados maiores e preços relativos ainda mais favoráveis no processo de expansão da indústria de bens de capital. Portanto, a criação de uma indústria de bens de capital impõe grandes sacrifícios às economias latino-americanas.

Paralelamente à dinâmica industrial, Furtado analisa também a evolução da absorção de mão-de-obra no setor industrial e o progresso tecnológico do país. Quanto a este último, Furtado observa que todo o progresso tecnológico é exógeno à ISI. A análise é feita por meio do contraste com industrialização dos países centrais: nestes o progresso tecnológico tem origem nas mudanças culturais do período moderno (Furtado 1966:3-4) que modernizaram tanto a agricultura quanto a produção manufatureira. Em um primeiro momento, as economias europeias esgotaram o fluxo de mão-de-obra liberado pela modernização da agricultura e pela destruição do sistema artesanal. A incorporação de novas técnicas de produção ocorre como resposta dos capitalistas ao esgotamento da mão-de-obra dos setores tradicionais. A incorporação de inovações tecnológicas da Revolução Industrial tinha como objetivo conter, por meio de tecnologias poupadoras de trabalho, as pressões dos trabalhadores industriais, que ganham poder de barganha na medida em que se esgota o fluxo de mão-de-obra. Em outras palavras, o progresso tecnológico é endógeno ao processo econômico e social (Furtado 1966:6-7).

Em contraste com o progresso tecnológico endógeno da industrialização dos países centrais, o progresso tecnológico nas economias periféricas latino-americanas se dá por meio de incorporação de tecnologia já existente via importação de bens de capital. Essa tecnologia, desenvolvida no contexto europeu, é fortemente poupadora de mão-de-obra. Portanto, a ISI ocorre com uso de um padrão tecnológico exógeno que limita a absorção de mão-de-obra dos setores pré-capitalistas (Furtado 1966:8-11). A capacidade de absorção de mão-de-obra no setor industrial diminui na medida em que a ISI avança para a indústria de bens duráveis e de bens de capital (Furtado 1966:78-80). Adicionalmente, como a existência de um amplo setor agrícola pré-capitalista proporciona oferta de mão-de-obra totalmente elástica, a queda na absorção de mão-de-obra implica também uma redução no ritmo de crescimento da demanda por produtos agrícolas e, conseqüentemente, uma redução na absorção de mão-de-obra pelo setor agrícola moderno. Resulta desse processo a persistência de um amplo setor pré-capitalista mesmo no contexto de industrialização. A incapacidade de absorção de mão-de-obra está intimamente ligada a um processo de concentração de renda—partindo de uma situação de alta

³ Tavares e Serra (2000[1971]), os principais críticos do modelo estagnacionista de Furtado apontaram o pressuposto “neoclássico” de Furtado nesse ponto. Para uma discussão desse ponto, ver Coutinho (2019).

concentração de renda produzida pelo modelo agroexportador que predominava até o início do século XX na América Latina (Furtado, 1966:85-86).

Em suma, o processo de industrialização por substituição de importações com padrão tecnológico exógeno ocorre sem que se modifique as estruturas econômicas fundamentais da sociedade subdesenvolvida. Pelo contrário, Furtado conclui que

existe ampla evidência empírica de que a industrialização substitutiva vem agravando o dualismo do mercado de trabalho, ampliando-se o hiato entre o setor moderno e a economia pré-capitalista. (Furtado 1966:87)

A diferença em relação ao período pré-ISI estava na composição desse setor pré-capitalista: ganha cada vez mais peso o componente *urbano* do subemprego de baixíssima produtividade. A urbanização no Brasil não foi proporcional à mudança estrutural: ainda que parte da mão-de-obra absorvida pelas cidades tenha sido de fato incorporada pelo setor industrial, o processo de urbanização se relacionava, por exemplo, com o esgotamento do solo e declínio de produtividade da agricultura extensiva arcaica. A permanência das estruturas duais, mas agora com parte da população do setor de subsistência transferida para o ambiente urbano, formava a base da análise do conflito político sobre os projetos de desenvolvimento.

O desafio político engendrado pela estagnação

Assim como no domínio econômico, a análise do conflito político na industrialização subdesenvolvida é feita por meio do contraste com o desenvolvimento dos países centrais. No caso europeu, há uma sincronicidade entre a expulsão de mão-de-obra do campo pela modernização da agricultura e a absorção de mão-de-obra no setor industrial, o que permite rápida acumulação de capital nesse setor (Furtado 1966:4-5). O progresso tecnológico entra no jogo na medida em que a oferta de mão-de-obra se torna inelástica: como têm controle sobre a direção do progresso tecnológico, os capitalistas o utilizam como forma de absorver as demandas da classe trabalhadora, que ganha poder na medida em que a mão-de-obra se torna inelástica (Furtado, 1966:6-7). Ao final do século XIX, a pressão dos trabalhadores força a institucionalização do conflito por meio do reconhecimento do direito de greve e da inserção do movimento trabalhista na política institucional. Portanto, obteve-se na Europa uma situação em que o conflito político entre entidades representativas das classes se dava pela disputa pelo direcionamento do progresso tecnológico e a apropriação dos excedentes por ele produzidos. Na visão de Furtado (1966:5-7), essa estruturação política do antagonismo de classes econômicas nos países desenvolvidos produzia “um certo consenso da coletividade” na determinação das taxas de poupança e investimento, o que gerava, por sua vez, estabilidade social e política.

Na maioria dos casos latino-americanos,⁴ a industrialização ocorreu *apoiada* no dualismo da economia, como vimos acima, e sem uma “atitude subjetiva favorável” à industrialização por grande parte das elites econômicas nas fases iniciais (Furtado 1966:96). No caso brasileiro, a ISI teve início por conta das circunstâncias internacionais e das tentativas de proteger a cafeicultura. Segundo Furtado, uma formulação intencional de um projeto de desenvolvimento só aparece no Brasil na década de 1950. Dessas circunstâncias, Furtado extrai um primeiro ponto sobre a questão política do desenvolvimento econômico no Brasil: o processo de industrialização estava ocorrendo sem que se formasse uma elite empresarial antagônica aos grandes latifundiários, especialmente aqueles do setor arcaico (Furtado 1966:100). Como vimos, ambos os lados dependiam dos baixos salários causados pela existência de uma enorme quantidade de mão-de-obra disponível a baixíssimos salários no setor arcaico ou, cada vez mais, nas periferias urbanas.

Paralelamente — e em parte causada pela ausência de um antagonismo fundamental entre essas duas elites — Furtado identifica a persistência das estruturas políticas que haviam sido construídas ainda no império e na primeira república. Furtado (1966:100-101) observa que, mesmo com a urbanização, o poder político *legislativo* continuava controlado pela elite rural, o que era favorecido por uma série de aspectos da institucionalidade política brasileira: primeiro a estrutura federativa do país contrastava com a concentração regional do poder econômico, mantendo o poder das elites rurais (principalmente no senado federal) apesar do declínio econômico de suas regiões. A organização dessa base de poder era facilitada também na câmara dos deputados pela inclusão dos analfabetos no cálculo dos assentos mas não no direito ao voto: dessa forma, as elites de estados com maiores níveis de analfabetismo acabavam tendo um peso proporcionalmente maior nas suas bancadas estaduais no congresso nacional do que as elites de estados mais alfabetizados.

Por outro lado, o controle do poder executivo era cada vez mais determinado pelas massas urbanas. A urbanização começava a produzir movimentos políticos fora do controle as elites rurais tradicionais (Furtado 1966:101-102). No entanto, a massa urbana que servia de base a esses novos movimentos políticos era muito heterogênea: classes médias compostas principalmente pelas burocracias estatais e privadas, a classe trabalhadora organizada e a massa de trabalhadores subempregados das periferias (Furtado 1966:102-104). A heterogeneidade dessa massa urbana não permitia a formação de um movimento político com consciência de classe, tal qual havia ocorrido na Europa. Afinal, a massa urbana *não era* uma única classe,

⁴ No capítulo 3 de *Subdesenvolvimento e Estagnação*, Furtado traça uma distinção entre os países latino-americanos que esgotaram a mão-de-obra do setor pré-capitalista (Uruguai e Argentina) e os demais, onde ele inclui o Brasil. Focamos aqui no caso brasileiro. Ver Furtado (1966:81-85) para o primeiro caso.

ainda que se encontrasse, na realidade política brasileira, em oposição à elite econômica. Pelo contrário, essa massa urbana encontrava-se “destituída de meios para traduzir as suas vagas aspirações em esquema de ação política” (Furtado 1966:104-105).

A institucionalidade política brasileira passa a ser definida, portanto, por um embate entre o poder legislativo, controlado pelas elites agrárias tradicionais, e o poder executivo, representando as massas urbanas heterogêneas. Inicialmente, argumenta Furtado (1966:105), poder-se-ia pensar que o embate com o poder legislativo favoreceria candidaturas executivas propensas à conciliação. No entanto, a própria heterogeneidade do setor urbano e a consequente falta de consciência de classe favorecem as propostas mais ambiciosas. O populismo entra em cena justamente como a forma política que responde à massa heterogênea no contexto do conflito com o poder legislativo: lideranças que se dispõem a pactuar com as aspirações vagas das massas urbanas, mas que, uma vez no poder, se deparam com “a disjuntiva de ter que trair seu programa ou buscar uma saída não convencional” (Furtado 1966:105-106)—esta última havia dado o tom da segunda república brasileira (múltiplas tentativas de golpe, um suicídio e uma renúncia). Ainda pior,

ao extremar as disputas pelo poder pessoal e ao excitar as massas com a miragem de objetivos irrealistas, o populismo criou sérios obstáculos ao surgimento de um movimento político capaz de efetivamente mobilizar as massas para uma luta coerente pelo desenvolvimento. (Furtado 1966:106)

Portanto, a interação entre institucionalidade política e industrialização por substituição de importações produzia uma situação em que “a própria penetração da técnica engendra a instabilidade e social e agrava os antagonismos naturais de uma sociedade estratificada em classes” (Furtado 1966:13). Ao contrário da experiência histórica europeia, não estava posta para o Brasil uma saída histórica em que o antagonismo político e econômico se tornava força positiva de desenvolvimento. Os horizontes de expectativa de *Subdesenvolvimento e Estagnação*—para usar o conceito de Koselleck (2004?:255-276)—apontavam para uma escolha existencial: Furtado (1966:14-16) reconhece, de um lado, a possibilidade de aprofundamento da ISI calcada num modelo excludente e desigual que só aprofundaria o dualismo da economia brasileira. Esse projeto só poderia ser alcançado mediante repressão, pois seria “necessário reduzir substancialmente a mobilidade social, interromper o processo de urbanização e isolar o mais possível as massas de influências exteriores” (Furtado, 1966:15). Do outro lado, Furtado apresenta uma visão voluntarista na qual o campo da esquerda deveria fazer a opção por um projeto de desenvolvimento inclusivo e enfrentar a elite econômica brasileira. Esse era a preferência de Furtado, ainda que, como vimos acima, ele se considerasse excluído da ação direta no enfrentamento pós-golpe. Sua contribuição durante os anos seguintes seria intelectual, como exploraremos na seção quatro abaixo.

A dimensão geopolítica

Subdesenvolvimento e Estagnação insere o modelo econômico em um contexto geopolítico. A partir da constatação da tendência à estagnação das economias latino-americanas em processo de industrialização por substituição de importações e do consequente aumento das tensões sociais, Furtado (1966, cap. 2) identifica um aumento da dificuldade de os Estados Unidos manterem sua esfera de influência na América Latina. Quando o processo de industrialização começou a dar sinais de exaustão, a política externa estadunidense tentou promover os programas de “ajuda externa” como a Aliança para o Progresso (na qual o próprio Furtado se empenhou) para superar a questão.⁵ No entanto, como visto acima, o aprofundamento do processo de industrialização tendia a aprofundar a dependência e a instabilidade social dos países latino-americanos. Segundo Furtado (1966:47), o máximo que a estratégia obteria seria o “congelamento do *status quo* social.” Essa situação repetia no âmbito geopolítico o dilema que se apresentava para os países latino-americanos no campo político: por um lado, manter o alinhamento com os Estados Unidos requeria crescente repressão para a sustentação de uma ordem social calcada na exclusão da grande maioria da população (repressão essa que seria apoiada pelos Estados Unidos). Por outro lado, tomar a decisão de reclamar a autonomia local e redirecionar o processo de desenvolvimento implicaria um rompimento com a influência estadunidense.

A crise dos mísseis de 1962 marcou o limite das possibilidades de rompimento com a esfera de influência estadunidense (Furtado 1966:41): não seriam toleradas brechas militares nessa esfera. Restava, portanto, a tentativa de exercer autonomia por meio da política econômica. No entanto, Furtado constata o crescente interesse (e intervenção) estadunidense na política interna dos países latino-americanos por meio do apoio às elites locais que sustentavam o subdesenvolvimento. Furtado (1966:43-46) nota também que a intervenção estadunidense se fazia por meio do controle que as empresas multinacionais exercem nos rumos da política econômica dos países latino-americanos. Além de atuarem como intermediadores da “ajuda externa” norte-americana, as empresas multinacionais

têm efeitos similares aos de certas grandes árvores exóticas que são introduzidas em determinadas áreas: drenam toda a água e dessecam o terreno, provocando um desequilíbrio na flora e na fauna, a emergência de pragas e outras coisas parecidas. (Furtado 1966:45)

Portanto, o desafio político latino-americano de redefinir a trajetória do desenvolvimento se deparava com uma enorme barreira geopolítica. Qualquer tentativa de

⁵ Sobre Furtado e a Aliança para o Progresso, ver d’Aguiar (2019).

alterar essa trajetória seria feita sob limitações da soberania nacional. No caso da ruptura completa, como no caso cubano, a limitação à soberania nacional tomou a forma de sanções externas que fizeram “da sobrevivência do regime [...] um pesado ônus para quaisquer potências de fora da esfera de influência” (Furtado 1966:40-41). No caso das tentativas de redirecionar a política econômica, as limitações à soberania se davam pela influência via “ajuda externa”, multinacionais e apoio às elites locais tradicionais. Ainda assim, Furtado insistia que os obstáculos impostos pela realidade geopolítica não deveriam reduzir o ímpeto de reformulação do próprio sentido do desenvolvimento econômico. Pelo contrário, esses obstáculos tornavam a tarefa ainda mais urgente.

4. Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento na esteira do milagre: a segunda visita a Cambridge, 1973-1974

A análise do milagre econômico

No período posterior à publicação de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, a reflexão teórica de Furtado aborda duas questões delimitadas pelo reconhecimento da natureza política e agonística do processo de superação do subdesenvolvimento: por um lado, a análise do caminho tomado pela coalizão golpista que havia seu campo político derrotado em 1964. No período subsequente, Furtado analisa o processo de reformas da segunda metade do período 1964-1968 e o milagre econômico de 1969-1973, entendidos como o aprofundamento de um modelo de desenvolvimento desigual. Na outra ponta, Furtado elabora novas reflexões sobre os desafios de um *verdadeiro* projeto de desenvolvimento econômico que, durante esse período, ele diferenciaria claramente da opção feita pelos militares pela mera *modernização* da economia dual brasileira.

Na visão de Furtado, os defensores do *status quo* tinham plena consciência do fato de que a escolha entre modelos de desenvolvimento econômico seria decidida em um embate *político*. Sua análise da política econômica adotada pela ditadura militar deixa evidente esse entendimento. O golpe de 1964 era uma prova da capacidade da “oligarquia tradicionalista” de “utilizar a pressão populista como espantalho para submeter mais facilmente a um esquema de ação comum os novos grupos industrialistas, os interesses estrangeiros que atuam no país e os escalões superiores das classes militares” (Furtado 1966:106). Estava formada no golpe de 1964 a coalizão política que sustentaria o processo de industrialização sem superação do dualismo da economia brasileira às custas da maioria da população.

Ao contrário da leitura padrão da evolução do pensamento cepalino (Bielschowsky 2000:41-42, 47-48), os resultados econômicos obtidos pela ditadura militar brasileira não

invalidavam a interpretação estagnacionista. Como vimos, Furtado reconhecia já em 1966 a possibilidade de a coalizão golpista insistir na trajetória de industrialização sem superação da estrutura dual da economia subdesenvolvida brasileira. Com efeito, ainda em 1966, Furtado (1966:84-85) conjecturava que a importância relativa do setor pré-capitalista brasileiro tornava possível completar o processo de substituição até mesmo no setor de bens de capital com base da conversão da mão-de-obra rural em massa urbana subempregada e, portanto, no aprofundamento da desigualdade econômica. A questão, naquele momento, era *quando* “essas tensões [sociais], alcançando um ponto crítico, teriam que afetar o processo de crescimento” (Furtado 1966:85).

Portanto, em 1966, Furtado reconhecia a possibilidade de um modelo de desenvolvimento desigual que mantivesse a estrutura dual da economia brasileira, mas não considerava esse caminho viável por conta da instabilidade social e política provocada pela desigualdade produzida pelo modelo. Em suas reflexões autobiográficas, Furtado (2019[1991]:417) reconhece que “nenhum dirigente se atrevera a preconizar tal política em um país cuja população vivia, em sua grande maioria, na miséria. Em nossas discussões, não se chegara sequer a admitir essa hipótese.” Segundo o próprio Furtado (2019[1991]:418), ele não percebeu que,

uma tal política não podia ser abertamente preconizada, mas, ainda que imposta pela força, logo conseguiria legitimar-se junto à classe média, principal consumidora de bens duráveis, e certamente contaria com o apoio das empresas transnacionais, os maiores produtores desses bens.⁶

De fato, ao longo do período subsequente, Furtado adicionaria elementos à sua reflexão teórica que permitiram estender o “prazo de validade” do modelo de industrialização sem mudança estrutural que a ditadura militar estava implementando—isto é, o dia do encontro desse modelo com a crise social e política que ele gestava em si. Como analisado por Bianconi (2016:174-185), obras do período 1966-1973 como *Um Projeto para o Brasil* (1968) e *Análise do Modelo Brasileiro* (1972) introduziram elementos que figurariam com proeminência na reorientação teórica da segunda visita de Furtado a Cambridge em 1973-1974. Furtado (1968:75-81) introduz a centralidade das empresas multinacionais na reorientação do “desenvolvimento” (agora entre aspas) promovido pelo regime militar: estas atuam como correia de transmissão do padrão de tecnologia poupador de mão-de-obra identificado em *Subdesenvolvimento e Estagnação*. Furtado (1972) também aponta para o controle sobre o padrão de consumo exercido pelas multinacionais, elemento que figuraria com proeminência

⁶ Dez anos antes de *Ares do Mundo*, Furtado (1981:41) já havia afirmado que “[poucas] vezes ter-se-á imposto a um povo um modelo de desenvolvimento de caráter tão antissocial”

nas suas reflexões do período de Cambridge. As duas obras identificavam o caminho escolhido pelo regime militar como uma “variante de ‘capitalismo de Estado’ que requer para seu funcionamento normal uma íntima articulação entre a classe empresarial e os poderes públicos” (Furtado 1972:63).

Portanto, é importante repensar a oposição estabelecida pela historiografia entre Furtado e Tavares e Serra (2000[1971]). Como demonstrado por Coutinho (2015, 2019) a oposição entre os modelos econômicos subjacentes é menor do que a historiografia fez parecer. No que pesem as diferenças, ambos os lados reconheciam a adoção de um modelo de “desenvolvimento” desigual e concentrador de renda calcado na incorporação de um padrão tecnológico exógeno. No decorrer do período inicial de reformas e do milagre econômico, Furtado se moveu justamente *na direção* do que seria exposto por Tavares e Serra. Esse movimento não muda a conclusão essencial do momento inicial do pós-golpe: para Furtado, a questão do desenvolvimento econômico brasileiro continuava definida como um embate político entre grupos com projetos econômicos antagônicos.

Os desafios de um projeto de desenvolvimento econômico

Ao mesmo tempo em que reformulava sua avaliação da ISI brasileira, Furtado também avançava na reflexão sobre a possibilidade de desenvolvimento econômico genuíno que deveria guiar a ação política contra os defensores do modelo adotado pela ditadura militar. Em 1973, Furtado deixa Paris e passa o ano acadêmico de 1973-74 na Universidade de Cambridge como “Simon Bolívar Professor” no Centro de Estudos Latino-Americanos (CLAS) da universidade. Sua segunda visita a Cambridge foi tão prolífica quanto a primeira, quando escreveu *Formação Econômica do Brasil*. Furtado (2019[1991]:518-519) rememora esse período como um momento dedicado a “rearrumar minhas próprias ideias, a espremer a cabeça para decifrar alguns dos enigmas que havia tempo me perseguia”. Desse esforço saíram dois textos publicados como textos para discussão na série de *working papers* do CLAS: “Underdevelopment and Dependence: The Fundamental Connections” (Furtado 2021a[1973]) e “The Myth of Economic Development and the Future of the Third World” (Furtado 2021b[1974]).⁷ Como o próprio Furtado (2019[1991]:518) reconhece, desse “esforço intelectual” saíram obras como *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), *Prefácio a Nova Economia Política* (1976), *Criatividade e Dependência* (1978) e *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (1980), que marcam uma revolução na sua produção teórica.

⁷ Para mais detalhes sobre as circunstâncias da publicação desses textos, ver Loureiro *et al* (2021).

Os *working papers* avançam na composição de uma teoria da dependência furtadiana.⁸ Como vimos, *Subdesenvolvimento e Estagnação* colocou a importação de padrão de tecnologia no centro da reprodução do dualismo das economias subdesenvolvidas. Em 1973, Furtado (2021a:10-13) amplia a dimensão do padrão de consumo que já aparecia em Furtado (1972): antes mesmo do início dos processos de ISI, as elites periféricas importavam um padrão de consumo definido pela estrutura produtiva dos países centrais. Esse é o padrão de consumo que tem que ser substituído no momento do choque externo: a ISI terá a forma induzida por esse padrão de consumo pois é ele que definirá o mercado interno a ser suprido na ausência de importações. Portanto, Furtado a inverter a ordem das coisas: se, em 1966, a importação de padrão de tecnologia determinava a disponibilidade de bens (Furtado 1966:77, 97), aqui o contrário para ser verdade. A ênfase no papel do padrão de consumo (e no padrão tecnológico associado) permite a Furtado dissociar “modernização” de “desenvolvimento”: a “modernização” consiste na adoção de um padrão de consumo mais sofisticado (Furtado 2021a:9). Nos países centrais, o processo de modernização coincide com o processo de desenvolvimento, como já constava nas obras anteriores. No entanto, na periferia do capitalismo, a modernização do padrão de consumo, inicialmente dependente de importações, é restrita à elite econômica. E, como vimos acima, desde 1966 estava claro que esse processo seria um processo desigual.

Furtado (2021[1973]:11) define a dependência como “uma disparidade persistente entre o nível de consumo (incluindo o consumo de parte da classe trabalhadora) e o nível de capital incorporado no aparato produtivo.”⁹ Assim definida, a dependência pode existir “*mesmo na ausência da formação social que nós chamamos de subdesenvolvida*” (ibid.), bastando para isso que o país dependente não controle o fluxo de inovações em produtos e, portanto, seja forçado a importar o padrão tecnológico para satisfazer a cesta de consumo de sua população, seja incorporado nos bens finais ou na estrutura industrial a ser instalada. “É evidente,” Furtado conclui, “que a dependência é um fenômeno de ordem superior ao subdesenvolvimento” (ibid.), isto é, a dependência introduz o subdesenvolvimento, e não contrário. Portanto, os países da periferia do capitalismo se *modernizam* e podem até mesmo desenvolverem uma indústria moderna, mas falham em livrar-se da dependência: esta está contida na importação de um padrão de consumo ditado pelos países centrais e transferidos via multinacionais. Mesmo com a substituição das importações, a manutenção da dependência cultural reforça a dependência

⁸ Para uma análise mais ampla da formação da teoria da dependência furtadiana nas obras que resultaram das reflexões de Cambridge na segunda metade da década de 1970, ver [add ref Isadora dissertação].

⁹ Todas as traduções dos *working papers* são minhas.

produtiva. Portanto, o *working paper* de 1973 fecha a análise aberta em *Subdesenvolvimento e Estagnação*.

Ao colocar a dependência como problema de ordem superior ao subdesenvolvimento, Furtado estabelece uma nova esfera de ação para o movimento político de enfrentamento dos defensores do *status quo* que o haviam derrotado: o enfrentamento da própria noção de desenvolvimento como mera elevação do padrão de consumo e a modernização do parque produtivo associada—que ele próprio havia defendido, em certa medida, até o esgotamento do processo de ISI na década de 1960. Mais do que uma questão de propostas alternativas para um único projeto de desenvolvimento, o desafio político explicitado no pós-golpe se torna uma questão sobre a própria noção de desenvolvimento.

Esse tema é explorado no segundo *working paper* (Furtado 2021b[1974]), que toma como ponto de partida o relatório *The Limits to Growth* do Clube de Roma (Meadows *et al* 1972). O relatório investiga quais seriam as consequências de uma equiparação do padrão de consumo global àquele então vigente nos Estados Unidos, concluindo que não seria possível sustentar esse padrão dadas as projeções populacionais e os recursos naturais do planeta. Furtado (2021b:17-18) concorda que não há condições ambientais para tal projeção da evolução do padrão de consumo. No entanto, o verdadeiro *mito* está em supor que o processo de desenvolvimento dos países periféricos, tal qual estava posto implicaria na elevação do padrão de consumo da *maioria* da população: como vimos, próprio processo de modernização se encarregaria de excluir a maioria de forma a permitir a expansão do consumo dos países centrais e de uma minoria nos países periféricos. Furtado (2021b:24) vai além e conclui que esse processo de exclusão

é muito mais do que um simples acidente. Ele pode ser interpretado como uma característica inerente ao sistema, pois é uma condição necessária para lidar com a crescente inelasticidade da oferta de recursos não-renováveis.

No que pese o reconhecimento das limitações ambientais, o principal problema que se avolumava no horizonte não seria, portanto, a insuficiência de recursos não-renováveis. Da sua perspectiva de 1974, a crise ambiental prevista pelo relatório do Clube de Roma só parecia iminente por conta da hipótese errônea de que a tendência econômica seria a universalização do padrão de consumo estadunidense. Antes do colapso ambiental, modernização desigual dos padrões de consumo colocaria um desafio social e político: “parece mais provável que vão emergir mutações sociais no mundo subdesenvolvido que provocarão uma mudança na orientação geral do processo de desenvolvimento” (Furtado 2021b:25).¹⁰ O elemento essencial

¹⁰ Como notam Loureiro *et al* (2021:??), a percepção de Furtado quanto ao esgotamento dos recursos naturais mostra sua atenção a questões em ascensão no debate econômico, mesmo que suas projeções tenham subestimado a crise climática que enfrentamos hoje e sua interrelação com as crises econômicas e sociais.

dessas “mutações sociais” seria a reorientação do controle da trajetória do desenvolvimento do plano econômico para o plano político e social:

Em suma: a velha ficção de uma economia internacional governada por mecanismos econômicos está fadada a ser superada por uma concepção em que predominam os fatores políticos condicionando a apropriação de recursos em escala global. (Furtado 2021b:26)

Nessa nova situação, Furtado identifica dois elementos cruciais: a redução da dependência, entendida como a importação dos padrões de consumo e dos padrões tecnológicos associados e, principalmente, o controle sobre os recursos naturais locais (Furtado 2021b:25-26). Não é o propósito desse artigo adentrar na fase seguinte do pensamento de Furtado. No entanto, como demonstrado por Lins (2018), a obra de Furtado na segunda metade dos anos 1970 focará exatamente no processo de endogeneização do processo decisório sobre os rumos do desenvolvimento. Mais do que endogeneizar o *centro dinâmico* das economias periféricas, como propunha Furtado até a estagnação dos anos 1960, trata-se de endogeneizar o *centro decisório* da periferia do capitalismo: abrir para decisão coletiva nas nações periféricas não apenas os *meios* para se alcançar um objetivo dado, mas o próprio objetivo. Isto é, ao invés de buscar o melhor caminho para alcançar o padrão de consumo dos países centrais, os países periféricos deveriam “partir de objetivos sociais, restringindo o econômico a seu papel de elemento instrumental” (Furtado 2019[1991]:519).

Como demonstrado por Cunha e Britto (2018), a noção de “criatividade” apresentada em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978) se encaixa justamente nesse contexto de endogeneização do processo decisório relativo aos fins do desenvolvimento da capacidade produtiva: aos países periféricos estava posto o desafio de inventar seus próprios fins, pois os fins importados do centro do capitalismo global se mostravam impossíveis tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. O autoritarismo que, como vimos, aparecia em 1966 como necessário para a imposição do padrão tecnológico concentrador de renda, reaparece aqui como forma de frustrar o próprio questionamento sobre os fins do desenvolvimento. Em outras palavras, bloquear a própria criatividade:

Desta forma, mais do que instrumento destinado a propiciar uma rápida acumulação, o autoritarismo é uma arma repressora das forças sociais que a industrialização dependente não consegue canalizar de forma construtiva. Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento. (Furtado 1978:80).

De volta a *Subdesenvolvimento e Estagnação*: o problema das ideologias europeias

Ainda que a formulação sobre a criatividade como força motriz da redução da dependência seja um aspecto novo do pensamento furtadiano da década de 1970, podemos observar já na introdução de *Subdesenvolvimento e Estagnação* a insatisfação de Furtado em relação às ideologias políticas que surgiram no processo de desenvolvimento econômico europeu.¹¹ Tanto o liberalismo quanto o socialismo europeu se desenvolveram no contexto da dinâmica de classes explorada na seção três acima: são as ideologias dos capitalistas e dos trabalhadores respectivamente e, mais importante, se formam na medida em que essas classes se consolidam no processo de desenvolvimento do século XIX (Furtado 1966:13).

No entanto, transplantar essas ideologias para a realidade do subdesenvolvimento latino-americano as transforma—para usar a expressão que Roberto Schwarz consagraria na década de 1970—em ideias fora do lugar. Do lado dos capitalistas,

a eficácia do liberalismo [europeu] corresponde a uma realidade social em que o avanço da técnica opera no sentido de abrir caminho à solução dos principais problemas sociais criados pelo desenvolvimento das forças produtivas. (Furtado 1966:13)

Isto é, um Estado com papel reduzido tal qual defendido pelos liberais só seria possível na situação em que o antagonismo de classe produz uma dinâmica virtuosa em que, de um lado, capitalistas usam seu domínio sobre a tecnologia para conter a força da classe trabalhadora e esta, por outro lado, consegue pressionar os capitalistas e se apropriar de parte dos ganhos de produtividade. Essa dinâmica “simplifica sobremaneira a ação do Estado” e torna o liberalismo uma posição ideológica viável. Na outra ponta, o socialismo europeu se apresenta como “instrumento para levar as classes assalariadas a participar do controle do poder político” e emerge da consciência de classe criada na relação dos trabalhadores com o processo produtivo. No entanto, a realidade latino-americana é distinta, como explorado na seção três acima: de um lado, a dinâmica tecnológica não cria uma dinâmica positiva a partir do antagonismo de classes; pelo contrário, o avanço do padrão tecnológico tende a concentrar renda e expandir a massa urbana subempregada. Justamente por isso, a formação da classe trabalhadora latino-americana se dava em um contexto completamente: não se trata de uma classe que forma consciência de

¹¹ Cabe notar que, no caso da importação acrítica das ideologias europeias, se repete o movimento que diagnosticamos na seção dois acima quanto à transição entre a *Pré-Revolução Brasileira* e *Subdesenvolvimento e Estagnação*: antes da virada pessimista, a crítica de Furtado à importação acrítica do pensamento europeu tem menos ênfase nas dimensões antagônicas/ideológicas e mais foco na insuficiência do pensamento importado de lidar com a realidade do subdesenvolvimento. Em *Formação Econômica do Brasil*, por exemplo, reclama da importação acrítica do monetarismo, mas sem as conotações que observamos em 1966 (Furtado (2009[1959]:236-237).

si enquanto classe por meio do ambiente fabril. A massa urbana subempregada é heterogênea e, como vimos só se unifica na união (instável) sob a égide populista. Daí, conclui Furtado,

a transposição direta desses esquemas ideológicos [europeus] criou inflexibilidades mentais que tanto dificultaram a percepção da natureza do processo histórico latino-americano, como obstaculizaram a formação de um pensamento político capaz de desempenhar na região o papel que as ideologias liberal e socialista tiveram no aperfeiçoamento das instituições políticas das sociedades industriais modernas. (Furtado 1966:14)

A partir dessa constatação, Furtado (1966:15-18) faz alguns apontamentos sobre “a atitude que, na América Latina, corresponde ao socialismo europeu”: até aquele momento, como vimos, a ação política da massa urbana heterogênea tinha assumido a forma de populismo. Esse novo “socialismo latino-americano” deveria partir da própria massa heterogênea e, a partir dela propor modificações na estrutura política e na estrutura econômica que se reforçassem mutuamente (Furtado 1966:16). O problema do populismo estava justamente na incapacidade de consolidar as transformações econômicas iniciais do processo de ISI em aumento de poder político para as massas heterogêneas. Furtado (1966:16-17) diagnostica ainda uma “falta de conteúdo ideológico” das massas urbanas que explicaria “sua rápida degenerescência em populismo.” A “substância ideológica do socialismo latino-americano” só viria da definição do problema do subdesenvolvimento como questão central da disputa política a ser feita pelas massas urbanas.¹²

Além desta questão, Furtado identifica também a questão nacional como essencial para o enfrentamento político em defesa do (verdadeiro) desenvolvimento econômico. Como visto acima, a tendência na atuação estadunidense apontava para crescentes limitações da soberania nacional na periferia latino-americana. Resistir a essas intervenções dependeria da capacidade de mobilização das massas urbanas por parte das lideranças políticas, tarefa que “somente poderá ser realizada a partir dos centros políticos nacionais e com base em valores e ideais de cada nacionalidade” (Furtado 1966:47). Da mesma forma, a integração econômica latino-americana deve ser feita a partir de “uma formulação política comum entre governos autenticamente nacionais, e não da justaposição de interesses de grandes empresas estrangeiras que atuam na região” (Furtado 1966:47). Para Furtado (1966:17) a superação do subdesenvolvimento e a defesa da perspectiva nacional são complementares e se reforçam mutuamente.

¹² Como Lins (2018:100) nota, a questão da coletivização dos meios de produção assume um caráter secundário na perspectiva de Furtado: importa que o centro decisório seja nacional, que privilegie a superação do subdesenvolvimento e, portanto, e que se referencie no bem-estar majoritário. Ainda assim, Furtado (2019:226) observa anotação de seus diários de novembro de 1964 que “o estreitamento do horizonte político com a eliminação dos grupos radicais com acesso às massas reduz significativamente as possibilidades de ação política reformista.”

Portanto, assim como o modelo estagnacionista lança as bases das reflexões sobre dependência que viriam na década de 1970, a análise da inadequação das ideologias europeias serve como primeiro passo para a evolução da reflexão sobre a natureza do desenvolvimento econômico que culmina no conceito de criatividade de *Criatividade e Dependência* em 1978.

5. Conclusão

Em conclusão, ao expor a tendência à estagnação do processo de substituição de importações que definiu o período 1930-1960, Furtado expôs o conflito político que trava o desenvolvimento econômico periférico. Na medida em que a ISI encontra seus limites, o desafio do desenvolvimento econômico se torna uma questão de organização política para vencer o campo político nacional (e internacional) que travavam a mudança de rota. Essa evolução no pensamento de Furtado foi essencial, primeiro, para que ele pudesse identificar claramente agentes políticos que levariam a cabo a tarefa de avançar uma ideologia do desenvolvimento autônomo própria à realidade periférica. Outrossim, a compreensão da estagnação e do conflito político que ela revela foram essenciais para que Furtado abrisse um novo horizonte de reflexão sobre o desenvolvimento econômico enquanto *fim*. O conflito político revela que a noção de desenvolvimento econômico é em si objeto de disputa e que, portanto, um intelectual como Furtado deveria municiar seu campo político com uma teorização adequada para essa disputa.

Portanto, a revolução no pensamento de Furtado na segunda metade dos anos 1970, elemento já consolidado na historiografia do pensamento econômico, deve ser compreendida no contexto da derrota política da década anterior. A análise que construímos no presente artigo ressalta a interação entre o contexto biográfico e a reflexão teórica na história do pensamento econômico. Aqui cabe ressaltar que essa interação atua em duas frentes: primeiro, na mudança dos campos de atuação do agente: O golpe de 1964 impediu Furtado de continuar sua trajetória de servidor público e agente político do Estado brasileiro, restando-lhe uma vida exclusivamente dedicada à reflexão e à docência. Trata-se, do ponto de vista do historiador do pensamento, de uma questão de “sociologia do conhecimento”. No entanto, buscamos ressaltar a maneira, à maneira de Reinhart Koselleck, como a experiência política vivida se imiscui na reflexão teórica por meio da mudança nos *horizontes de expectativa* do agente. Ao mesmo tempo em que fechavam uma trajetória econômica em curso, o golpe e as políticas econômicas adotadas pelo regime empresarial-militar acabaram por abrir para Furtado um horizonte de reflexões teóricas para além daquele que estava posto até o início da década de 1960.

É justamente por conta de sua relevância na reformulação dos horizontes de expectativas de Furtado que o modelo estagnacionista de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* não deve ser desconsiderado como uma fase breve e menos relevante do pensamento cepalino. Ainda que tenha sido superado dentro daquela tradição com certa rapidez, seu papel como campo fértil para reformulação dos horizontes de expectativas daqueles que lutavam pelo desenvolvimento econômico com autonomia e igualdade não pode passar despercebido. Essa necessidade é ainda mais premente na conjuntura política e econômica atual, quando as tentativas de promoção de industrialização e de investimento em infraestrutura no início do século XX, no que pesem suas limitações em escala, escopo e, parcialmente, sucesso, sofreram a reação desproporcional em favor de um projeto que mantém a economia brasileira no seu status de economia primário-exportadora. Assim, como a derrota de Furtado na década de 1960, talvez a derrota de um projeto de desenvolvimento econômico periférico na década de 2010 sirva como reabertura de novos horizontes de expectativa.

6. Referências Bibliográficas

- Aguiar, Rosa Freire d'. 'Celso Furtado e a Aliança para o Progresso'. *Cadernos do Desenvolvimento* 14, no. 25 (dezembro, 2019): 223–30.
- Anderson, Perry. *Considerations on Western Marxism*. Londres: Verso Books, 1979[1976].
- Bianconi, Renata. 'Estagnação latino-americana e estratégia brasileira de desenvolvimento: análises do início do exílio de Celso Furtado'. *História Econômica & História de Empresas* 19, no. 1 (outubro, 2016).
- . 'L'œuvre de Celso Furtado à Paris : Le Parcours d'un Intellectuel et Homme d'Etat'. These de doctorat, Paris 4, 2014.
- Bielschowsky, Ricardo, ed. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- Boianovsky, Mauro. 'A formação política do Brasil segundo Furtado'. *Brazilian Journal of Political Economy* 34 (junho 2014): 198–211.
- Coutinho, Mauricio C. 'Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico'. *Economia e Sociedade* 28 (dezembro, 2019): 741–59.
- . 'Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado'. *Revista de Economia Contemporânea* 19, no. 3 (dezembro, 2015): 448–74.
- Cunha, Alexandre Mendes, e Gustavo Britto. 'When Development Meets Culture: The Contribution of Celso Furtado in the 1970s'. *Cambridge Journal of Economics* 42, no. 1 (Janeiro, 2018): 177–98.

- Furtado, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- . *Criatividade e Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- . *Diários intermitentes: 1937-2002*. Ed. Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- . *Formação Econômica do Brasil: edição comemorativa 50 anos*. Ed. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- . “Obstáculos políticos ao crescimento econômico do Brasil”. *Revista Civilização Brasileira* 1: 129-45, 1965.
- . *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- . *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- . O Brasil pós-“milagre”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- . *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- . ‘The Myth of Economic Development and the Future of the Third World’. *Review of Political Economy* 33, no. 1 (2021): 16–27.
- . *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- . ‘Underdevelopment and Dependence: The Fundamental Connections’. *Review of Political Economy* 33, no. 1 (2021): 7–15.
- Meadows, Donella H., Dennis L. Meadows, Jørgen Randers e William Behrens III. *The Limits to Growth*. Nova York: Universe Books, 1972.
- Koselleck, Reinhart. *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press, 2004.
- Lins, Leonardo Melo. ‘Racionalidade, criatividade e inovação na endogeneidade do desenvolvimento’. *Cadernos do Desenvolvimento* 9, no. 15 (2018): 81–102.
- Loureiro, Pedro, Fernando Rugitsky, and Alfredo Saad-Filho. ‘Celso Furtado and the Myth of Economic Development: Rethinking Development from Exile’. *Review of Political Economy* 33, no. 1 (2 January 2021): 28–43.
- Tavares, Maria da Conceição, e José Serra. “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente”. In: Bielschowsky, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- Silva, Isadora Pelegrini. ‘A Teoria da dependência de Celso Furtado’, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.